



ID N° 285

IMPORTANCIA DA ATUALIZAÇÃO PERIÓDICA DO PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO: CASO DE IJUÍ-RS.

Ian Rocha de Almeida¹, Dieter Wartchow², Joice Viviane de Oliveira³

¹ *Mestrando em Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, ian-rocha@outlook.com*

² *Professor Doutor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, dieterw@iph.ufrgs.br*

³ *Engenheira química do Município de Ijuí - Poder executivo, joice.eq@gmail.com*

RESUMO

O Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB) prevê um conjunto de ações que objetivam avaliar o estado de salubridade ambiental, inclusive da prestação dos serviços públicos a ela referentes. Sem a existência de um PMSB, o município perde a prioridade no recebimento de recursos públicos não onerosos ou financiados, para serem investidos em saneamento básico. O receio dessa perda acaba sobressaindo-se ao invés da busca por soluções pontuais e gerais de cada região, o que reflete na sua construção, que muitas vezes não acontece da forma integrada com ampla participação dos mais diversos segmentos sociais. Se em alguns casos a construção do PMSB foge do padrão que considera conteúdos mínimos, a atualização do referido plano torna-se algo bastante raro no cenário nacional. A importância da atualização do PMSB faz com que as ações de atenuação das problemáticas sejam mais eficientes devido o acompanhamento do crescimento populacional, bem como a evolução de indicadores de serviços como abastecimento de água e esgoto, a exemplo. O presente trabalho visa apontar as principais vantagens e a importância da atualização do PMSB, expondo um estudo de caso do município de Ijuí.

PALAVRAS-CHAVE: Atualização, PMSB, Ijuí

1. INTRODUÇÃO

Um marco importante para o Saneamento Básico no Brasil foi a criação da Lei nº 11.445, de 05 de janeiro de 2007, que por sua vez definiu as diretrizes nacionais e instituiu a Política



Nacional de Saneamento Básico, estabelecendo como condições de validade dos contratos que tenham por objeto a prestação de serviços públicos e privados de saneamento, nos municípios brasileiros, a existência de um plano de saneamento básico. Posterior a essa lei, foi criado o Decreto nº 8.629/2015, estabelecendo prazo até dezembro de 2017 para os municípios elaborarem seus planos.

O Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB) é um dos instrumentos da Política de Saneamento Básico do município, que por sua vez deve ordenar os serviços públicos de saneamento básico considerando as funções de gestão para a prestação desses serviços, bem como regular e fiscalizar, efetuar o controle social e o sistema de informações, de acordo com o Decreto nº 8.629/2015 (FUNASA, 2012).

Em suma, PMSB prevê um conjunto de ações que objetivam avaliar o estado de salubridade ambiental, inclusive da prestação dos serviços públicos a ela referentes. Sem a existência de um PMSB, o município perde a prioridade no recebimento de recursos públicos não onerosos ou financiados, para serem investidos em saneamento básico. O receio dessa perda acaba sobressaindo-se ao invés da busca por soluções pontuais e gerais de cada região, o que reflete na sua construção, que muitas vezes não acontece da forma integrada com ampla participação dos mais diversos segmentos sociais.

Se em alguns casos a construção do PMSB foge do padrão que considera conteúdos mínimos, a atualização do referido plano torna-se algo bastante raro no cenário nacional. A importância da atualização do PMSB faz com que as ações de atenuação das problemáticas sejam mais eficientes devido o acompanhamento do crescimento populacional, bem como a evolução de indicadores de serviços como abastecimento de água e esgoto, a exemplo.

2. OBJETIVO

O presente trabalho visa apontar as principais vantagens e a importância da atualização periódica do PMSB, expondo um estudo de caso do município de Ijuí-RS.



3. MATERIAIS E MÉTODOS

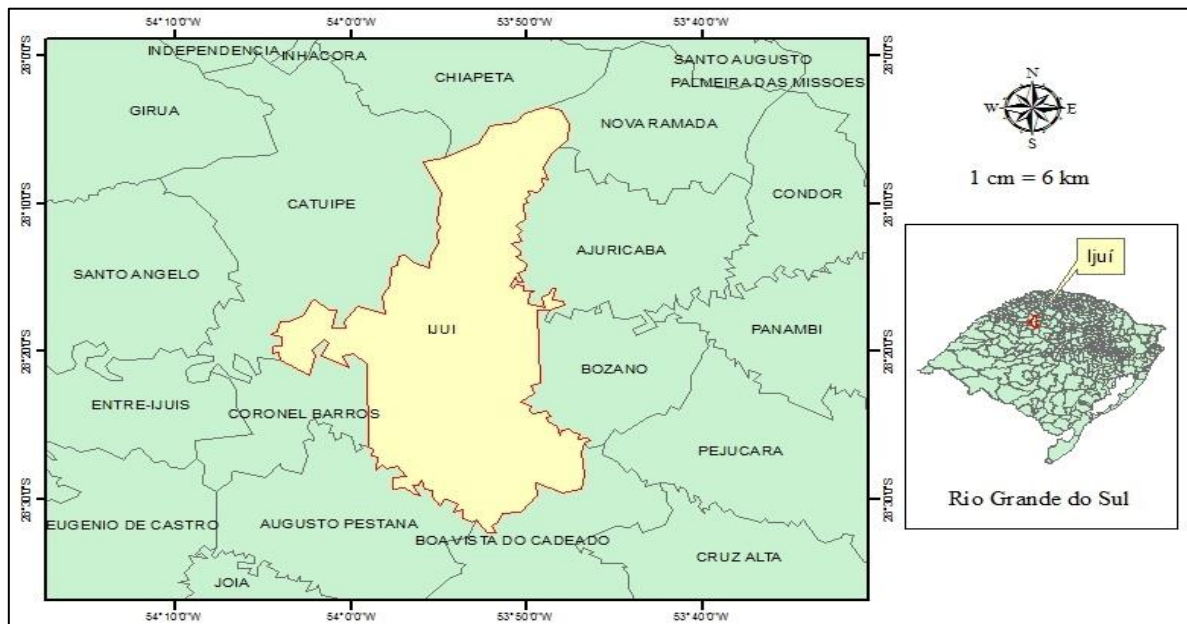
3.1 METODOLOGIA

O trabalho constituiu-se de uma revisão bibliográfica de caráter descritivo e exploratório acerca da temática abordada.

3.2 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

A Figura 1 a seguir ilustra a localização do município em estudo.

Figura 1 – Localização do município de Ijuí. Fonte: Autores, 2017.



Localizado no noroeste do estado do Rio Grande do Sul, de clima subtropical úmido e estando a 328 metros acima do mar, Ijuí possui uma população de 83.089 (ano 2016), sendo o município mais populoso dessa região, possuindo PIB de R\$ 788.789.000,00 (2014) e PIB per capita de R\$ 10.061,00 (2014). A cidade possui características de cidade universitária e amplos recursos hospitalares, possuindo um fluxo de aproximadamente 100.000 pessoas, sendo o maior e mais importante centro populacional da região (IJUI, 2017).



4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Ainda que a comunidade acadêmica, técnica e gestora possua conhecimento da necessidade de atualização de políticas tais como a PMSB, observa-se que essa etapa de suma importância é suprimida por grande parte dos municípios brasileiros, que orientam as suas políticas públicas e ações com base nas ações e metas propostas inicialmente no Plano.

Pereira e Heller (2015) afirmam que “É recomendável que os municípios avaliem e monitorem sistematicamente os planos, com o intuito de aprimorá-los e incorporar elementos que não tenham sido considerados em um momento inicial, observando-se os princípios da universalidade, equidade, integralidade, intersetorialidade, uso de tecnologia apropriada, respeito às peculiaridades locais, qualidade e regularidade”.

Contudo, ainda que haja zelo para a atualização do PMSB, nota-se que não há uma literatura e/ou legislação específica que oriente esse processo. Ou seja, caso o município deseje atualizar o seu Plano Municipal de Saneamento Básico, o mesmo deve elaborar uma metodologia/Plano de trabalho visando as suas necessidades e metas para esse procedimento. Com o intuito de dar suporte para o processo de atualização do PMSB, nota-se que é necessário a elaboração de um material específico que oriente esse procedimento.

A atualização periódica do PMSB dos municípios, através do acompanhamento do desempenho das políticas públicas bem como dos indicadores dos serviços de saneamento básico do município possibilita a revisão dos investimentos já feitos e futuros, orientando a alocação desses recursos para as áreas com maior dificuldade para o desenvolvimento.

Através da atualização periódica dos Planos Municipais de Saneamento Básico, é possível que haja a redução dos custos estimados inicialmente na etapa de “Plano de execução”, visto que pode-se avaliar a evolução no serviço de saneamento básico e identificar quais metas estabelecidas enfrentam dificuldade na sua realização e quais estão próximos de concluir as ações propostas inicialmente. Caso haja a necessidade, o município pode realocar recursos com o intuito de propiciar o desenvolvimento dos serviços mais deficitários. Tal característica é



importante principalmente nos cenários de recessão econômica, como a qual o Brasil passa atualmente.

Outro fator que pode acarretar na redução de custos é a revisão do crescimento populacional, por exemplo. Em muitos casos há a necessidade de expansão dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, por exemplo, e o estudo de crescimento populacional é uma das variáveis abrangidas no orçamento final desses projetos. A atualização do Plano permite averiguar se a população cresce semelhantemente ao que foi previamente estipulado, e caso o crescimento seja inferior ao calculado, o poder público municipal pode estudar a possibilidade de redução de custos para a expansão do serviço de saneamento proposto.

No âmbito político, a atualização do PMSB demonstra transparência na gestão do saneamento básico do município, visto que a população em geral pode acompanhar o que foi realizado desde a criação do Plano, bem como avaliar e participar das ações futuras no prosseguimento da duração dos 20 anos do PMSB. Tal característica é de suma importância, visto que há uma harmonização entre poder público e sociedade civil como um todo, princípio básico da política.

Um exemplo de município que efetuou a atualização do seu PMSB foi o de Navegantes – SC. Com o Plano Municipal de Saneamento Básico instituído no ano de 2010, o município realizou atualizações no seu PMSB nos anos de 2012 e 2014, objetivando um direcionamento mais claro e preciso na universalização dos serviços de saneamento básico. Outro município que busca a atualização do seu Plano é o de Ijuí-RS.

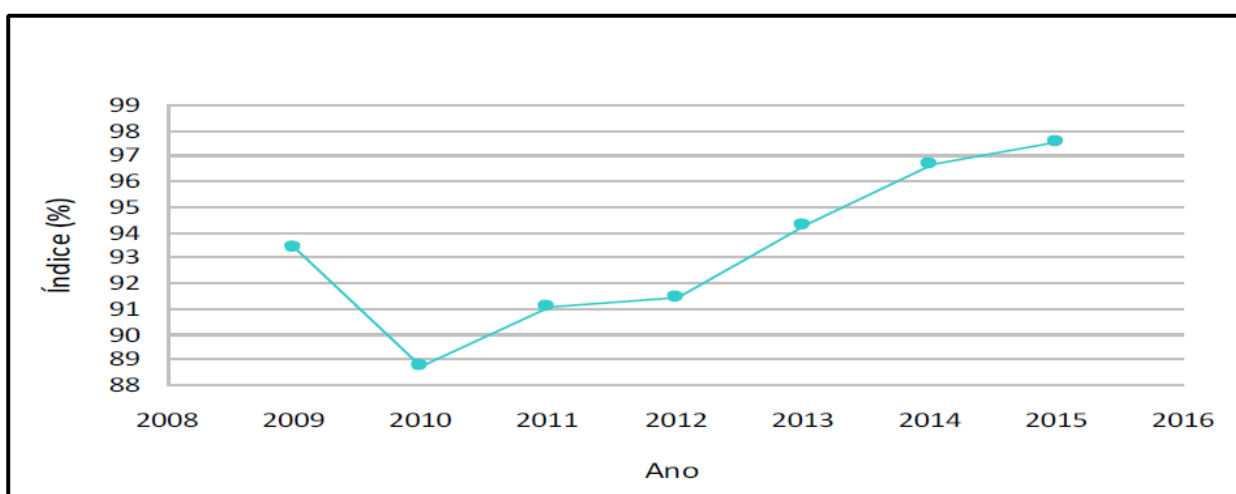
4.1 ESTUDO DE CASO: IJUÍ-RS

Com o PMSB instituído no ano de 2011 através da Lei Municipal nº 5.532, o município de Ijuí iniciou no princípio de 2017 a atualização do seu Plano Municipal de Saneamento Básico. A metodologia da atualização do PMSB segue a mesma da criação do referido plano, através de um diagnóstico prévio da situação atual do município quanto ao saneamento básico, objetivando avaliar os avanços e identificação das dificuldades encontradas no decorrer de passados seis anos.



Nessa etapa, ainda em execução, estão sendo feitas análises dos indicadores propostos pelo Sistema Nacional de Informações sobre o Saneamento Básico (SNIS) além de reuniões e visitas *in loco* com o intuito de obter uma abordagem mais precisa sobre a realidade do município, afim de proporcionar todo o suporte necessário para uma eficiente tomada de decisão. Alguns resultados preliminares dessa etapa mostraram que o serviço de abastecimento de água, por exemplo, apresentou um significativo avanço desde a criação do PMSB até atualmente, objetivando a universalização. A Figura 2 a seguir mostra esse dado.

Figura 2 – Evolução do atendimento do sistema de abastecimento de água de Ijuí. Adaptado de SNIS, 2017.



A partir dessa informação, as autoridades locais podem averiguar quais localidades ainda não foram contempladas com esse serviço e inclusive atingir a universalização desse serviço antes do prazo estabelecido inicialmente.

Um dos grandes problemas identificados inicialmente no PMSB de Ijuí era a existência de uma Estação de Tratamento de Esgoto que não operava corretamente devido à pequena quantidade de esgoto coletado, resultado da pequena extensão da rede coletora. Em 2016, através de recursos próprios do Fundo Municipal de Gestão Compartilhada e, em especial, oriundos do governo federal em programas específicos de investimentos no saneamento básico, o município apresentou um avanço no assentamento de rede coletora, conforme a Figura 3.



Figura 3 – Assentamento de rede coletora de esgotamento sanitário de Ijuí. Fonte: Autor, 2017



A revisão do PMSB no município vai ser uma ferramenta de fundamental importância para a verificação do quanto já se evoluiu e onde necessita de melhoras nessa vertente.

Nessa etapa de diagnóstico, observou-se que a vertente do saneamento básico mais carente de atenção é a questão dos Resíduos Sólidos, representada pela sua estação de transbordo que apresenta uma gama muito ampla de dificuldades, como questão social (com a presença de catadores) e a questão ambiental, por exemplo. A situação dessa localidade é tão crítica que em 2016 houve o tombamento de um caminhão devido à ausência de uma estrutura adequada para carga e descarga no local, como mostra a Figura 4. Através do diagnóstico, as autoridades locais podem analisar os casos e determinar quais ações são prioritárias nesse momento, objetivando atender as metas pré-estabelecidas no Plano de 2011.



3º CONGRESSO INTERNACIONAL
RESAG 2017

Figura 4 – Tombamento de um caminhão na Estação de Transbordo de Ijuí. Fonte: Hora H, 2016.



Concomitantemente a isso, reuniões setoriais estão sendo realizadas no mês de julho, objetivando a participação dos mais diversos segmentos sociais, a fim de expor a realidade do município e obter, a partir do diagnóstico e das opiniões e pareceres dos mais diversos segmentos sociais, um bom embasamento teórico visando a determinação de prioridades para atingir em tempo hábil as metas pré-estabelecidas no Plano Municipal de Saneamento Básico de Ijuí. A Figura 5 a seguir mostra o calendário das reuniões regionais, elaboradas pelo Departamento Municipal de Águas e Saneamento de Ijuí (DEMASI).



Figura 5 – Calendário das reuniões regionais. Fonte: DEMASI, 2017.

Reuniões territoriais				
MUNICÍPIO DE IJUÍ - PODER EXECUTIVO				
DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO DE IJUÍ - DEMASI				
ZONA RURAL			Horário: 19h	
Localidade	Local		Data	Dia/Sem
1 Alto da União, Parador, Faixa Velha, Rincão dos Becker, Rincão dos Goi, Rincão dos Fabrim, Arroio das Antas	Alto da União	Clube	10/Jul	Segunda
2 Chorão, Santana, Floresta, Esq. Irgang, Fonte Ijuí	Santana	Igreja/Salão	11/Jul	Terça
3 Mauá, Capão Bonito	Mauá	Piquete	12/Jul	Quarta
4 Itaí, Santo Antônio	Itaí	E. Pedro Maciel	13/Jul	Quinta
5 Barreiro, Esquina Dutra, Esquina Heidmann	Barreiro	Igreja/Salão	14/Jul	Sexta

ZONA URBANA			Horário: 19h	
Localidade	Local		Data	Dia/Sem
1 Lambari, Novo Leste, Modelo, Parque	Modelo	Sede	17/Jul	Segunda
2 São José, Storch, Glória	Glória	Sede	18/Jul	Terça
3 Progresso, Munstock, Burtet, São Paulo, Hamarstron	Progresso	Sede	19/Jul	Quarta
4 Colonial, Tancredo Neves, 15 de Novembro	Tancredo	Sede	20/Jul	Quinta
5 Lulu, Thomé, Pindorama, Distrito Industrial	Thomé	Sede	21/Jul	Sexta
6 Osvaldo Aranha, Tiaraju, Penha	Osv. Aranha	Sede	24/Jul	Segunda
7 Tiaraju, Sol Nascente, Chacaras, Jardim	Jardim	Sede	25/Jul	Terça
8 Morada do Sol, Universitário, São Geraldo	Mor. Sol	E. Carlos Zimpel	26/Jul	Quarta
9 Getúlio Vargas, Industrial	Get. Vargas	Getúlio	27/Jul	Quinta
10 Boa Vista, Luis Fogliato, Alvorada	Alvorada	Sede	28/Jul	Sexta
11 Herval, Ferroviário, Elizabeth	Herval	Sede	31/Jul	Segunda
12 Centro	Centro	Salão Farroupilha	07/Ago	Segunda

Plamsab
Plano Municipal de Saneamento Básico
Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos de Ijuí

Além da análise de evolução de indicadores e acompanhamento das obras, durante esse período de revisão do Plano será feita uma revisão dos contratos firmados pela Prefeitura de Ijuí na área do saneamento básico, visando avaliar o andamento dos convênios e averiguar os avanços e retrocessos do município nessa área, fazendo um parecer centrado nos benefícios/prejuízos econômicos, sociais e ambientais gerados ao município com esses convênios.

5. CONCLUSÕES

A atualização do Plano Municipal de Saneamento Básico é uma ferramenta fundamental para a maior eficiência das metas e ações estabelecidas no Plano, visto que há o acompanhamento dos indicadores do saneamento básico e mitigação das dificuldades encontradas em cada vertente.



Para melhor subsídio e maior eficiência na atualização do Plano, é necessária a elaboração de um material teórico que oriente os municípios na realização desse processo, afim de torna-lo mais acessível.

São poucos os exemplos de municípios que buscam rever os seus Planos Municipais de Saneamento Básico objetivando aprimoramento das ações e metas estabelecidas, contudo espera-se que esses casos isolados sirvam de estímulo para que a grande maioria dos municípios brasileiros possam seguir utilizar de forma mais eficaz os recursos federais voltados ao saneamento básico.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Decreto 8.629 de 30 de dezembro de 2015. Altera o Decreto nº 7.217, de 21 de junho de 2010, que regulamenta a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico. Casa Civil. Subchefia para assuntos jurídicos. Brasília-DF, 2015.

BRASIL. Lei nº 11.445 de 5 de janeiro de 2007. Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico; altera as Leis nos 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.036, de 11 de maio de 1990, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; revoga a Lei nº 6.528, de 11 de maio de 1978; e dá outras providências. Câmara dos deputados. Brasília-DF, 2007.

CORSAN. Autorizadas as obras de ampliação de esgotamento sanitário em Ijuí. Disponível em: < <http://www.corsan.com.br/autorizadas-as-obras-de-ampliacao-de-egotamento-sanitario-em-ijui>>. Acesso em 09/05/2017.

FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE (FUNASA). Política e Plano Municipal de Saneamento Básico. Convênio FUNASA/ASSEMAE. 2ª Edição. Brasília-DF, 2014.

FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE (FUNASA). Termo de referência para elaboração de Planos Municipais de Saneamento Básico. Procedimentos relativos ao convênio de cooperação técnica e financeira da Fundação Nacional de Saúde – Funasa/MS. Brasília-DF, 2012.



HORA H. **Caminhão do lixo tomba no transbordo de Ijuí.** Disponível em :<
<http://www.horahnoticias.com/index.php?i=noticia&id=4136>>. Acesso em 05/07/2017.

PEREIRA, T. S. T.; HELLER, L. **Planos Municipais de Saneamento Básico: avaliação de 18 casos brasileiros.** Revista Engenharia sanitária e ambiental. Volume 20, nº 3. Jul/Set 2016.

PREFEITURA DE IJUÍ. **Município.** Disponível em:
<<http://www.ijui.rs.gov.br/paginas/apresentacao>>. Acesso em 07/07/2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES. **Plano Municipal de Saneamento Básico.**
Adendo I. Setembro de 2014. Disponível em
<<file:///C:/Users/DELL/Downloads/PMSB%20Navegantes%20-%20Adendo%20I%20-%20Outubro%202014.pdf>>. Acesso em 05/07/2017.

RÁDIO PROGRESSO DE IJUÍ. **Revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico é aberta em Ijuí.** Política. Disponível em: <http://www.radioprogresso.com.br/noticia/29402/revisao-do-plano-municipal-saneamento-basico-e-aberta-em-ijui>>. Acesso em 16/06/2017.